



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ
Conselho Superior

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL, REALIZADA ÀS 09:00h DO DIA 22 DE JANEIRO DE 2016, NA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, LOCALIZADA NA AV. PINTO BANDEIRA, Nº 1.111, LUCIANO CAVALCANTE, FORTALEZA, CEARÁ. A Reunião foi convocada por ato da Presidente do Conselho Superior, Dra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, através de e-mail institucional regularmente distribuído a todos os respectivos membros, tendo como pauta: 1) Processo nº 16009379-1; 2) Processo nº 15803673-5; 3) Processo nº 15576493-4; 4) Processo nº 15515014-6. Compareceram os seguintes membros: A Defensora Pública-Geral e Presidente do Conselho Superior, Exma. Sra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, Conselheira Nata; O Subdefensor Público Geral, Exmo. Sr. Leonardo Antônio de Moura Júnior, Conselheiro Nato; O Corregedor Geral, Exmo. Sr. Luís Fernando de Castro da Paz, Conselheiro Nato; Exma. Sra. Amélia Soares da Rocha, Conselheira Eleita; Exmo. Sr. Epaminondas Carvalho Feitosa, Conselheiro Eleito; Exmo. Sr. Gustavo Gonçalves de Barros, Conselheiro Eleito. Presente ainda a Ouvidora Geral, Ilma. Sra. Merilane Pires Coelho e representando a ADPEC, Exma. Sra. Mylena Maria Silva Reginaldo Ferreira Gomes. Ausência justificada do Exmo. Sr. Alfredo Jorge Homs Neto, Conselheiro Eleito, por estar em gozo de férias. A sessão foi presidida pela Exma. Sra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque e secretariada pelo Exmo. Sr. Samuel de Araújo Marques. Foram aprovadas as Súmulas da Ata da 1ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do ano de 2016 e da Sessão Solene e Extraordinária realizada no dia 07.01.2016. De acordo com o art. 22, inc. IV, "a" do Regimento Interno do Conselho Superior, a Sessão iniciou-se com os informes: A Presidente informou que na última terça-feira, 19.01, a Defensoria Pública do Ceará e a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) assinaram um termo de cooperação técnica para que a CGE preste auxílio na estruturação do Controle Interno da Defensoria Pública. Participaram do encontro, a defensora pública geral do Estado, Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, acompanhada do assessor jurídico, Petrus Henrique Gonçalves Freire. Foi informado que foi digitalizado todas as fichas funcionais dos Defensores Públicos. Foi informado que a liminar do Mandado de Segurança intentado contra o envio da proposta orçamentária da DPGE teve sua liminar cassada ainda em novembro de 2015, no que foi juntada em anexo a presente ata. Foi informado pela Presidente do Conselho Superior acerca da Reunião realizada no Tribunal de Justiça, sobre o aumento das custas e percentuais dos demais órgãos do sistema de justiça no FERMOJU e terá continuidade na próxima segunda-feira. Informou



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

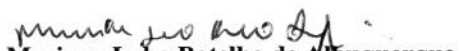
Conselho Superior

ainda, quanto a previsão da Revisão do Auxílio Alimentação, algo em torno de 5% ou 6% tendo em vista a dificuldade encontrada na Defensoria Pública onde o orçamento do órgão não contempla a necessidade e o fato do fundo está deficitário em frente das despesas e obrigações assumidas pela Instituição. Dra. Mariana Lobo, informou que irá precisar de suplementação para fechar folha do ano de 2016, há vista que encontrou o orçamento de pessoal da Defensoria Pública em valor inferior a realidade de pessoal da Instituição. Informou ainda, que encontrou a Defensoria Pública com custeio todo dentro do FAADEP, no orçamento do ano de 2016. Estando trabalhando para rever essa realidade. A Defensora Geral, Dra. Mariana Lobo informou que tendo em vista a ausência de recursos orçamentários compatíveis com as necessidades e principalmente o fato das despesas de obrigações assumidas pela Instituição não serem todas comportadas pelo fundo começou a política de redução de gastos, tais como, com diárias da Gestão, combustíveis dos carros oficiais, alugueis, devolvendo as salas do Juridical Center, buscando espaços em prédios públicos, haja vista que o gastos com os alugueis no ano de 2016 será algo em torno de 460 mil reais e redução de passagens aéreas, dentre outras medidas. Foi informado que irá tentar desonerar o Fundo com despesas do custeio. Dr. Gustavo Gonçalves de Barros justificou a ausência do Conselheiro Eleito, Dr. Alfredo Jorge Homs Neto, por estar em gozo de férias. A Ouvidora Geral Externa esteve em uma Reunião no Fórum juntamente com o Ouvidor Geral, para receber manifestações dos usuários do fórum, onde foi apresentada pela Ouvidoria do Fórum, a falta de defensores nos Juizados Especiais. Posto em pauta pela Presidência o processo nº 14583998-2, que tem como parte interessada o Exmo. Sr. Alfredo Jorge Homs Neto, onde apresenta proposta de Resolução que modifica o Art. 1º da Resolução nº 59/2012 para prever, em favor dos membros da Instituição, no caso de sua aposentadoria ou de extinção de seu vínculo funcional, a conversão em pecúnia das férias já adquiridas e/ou ressalvadas e não usufruídas, ficou deliberado que a proposta apresentado pelo requerente Alfredo Jorge Homs Neto será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, resolução nº 126/2016, conforme já havia sido decidido na 6ª Sessão Ordinária do ano de 2015. Em cumprimento ao Art. 8º-B, da Resolução nº 48, de 22 de março de 2011, do Conselho Superior, em pauta o processo nº 16009379-1, que tem como parte interessada a Gerência de Recursos Humanos da Defensoria Pública Geral, onde encaminha a Lista de Antiquidade final dos Defensores Públicos, referente o ano de 2015, no que foi aprovado por unanimidade e seguirá os tramites previstos na Resolução 48, de 22 de março de 2011. Dra. Amélia Soares da Rocha sugeriu que a Secretaria do Conselho Superior faça uma pesquisa sobre os critérios de promoção por merecimento no que de respeita ao terço dinâmico ou estático. Em pauta o processo nº 15803673-5, que tem como parte interessada a Secretária Executiva em exercício, Exma. Sra. Sâmia Costa Farias Maia, onde solicita o registro de Nota Abonadora para os Defensores Públicos Eduardo Almendra Martins e Francisco Firmo Barreto de Araújo, pela publicação do Artigo publicado no livro "Teoria da Justiça: Reflexões Contemporâneas", sendo o relator o Conselheiro Leonardo Antônio de Moura Júnior que

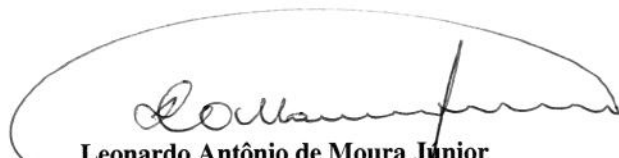


DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ
Conselho Superior

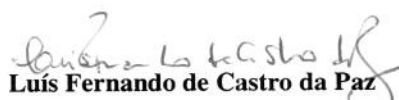
apresentou seu voto no sentido de procedência do feito, no que foi acompanhado por unanimidade. Em cumprimento ao Art. 30, do Regimento Interno do Conselho Superior, em pauta o processo nº 15576493-4, que tem como parte interessada a Dra. Gilsandra Novaes Feitosa Peixoto, onde requer que seu cargo saia do órgão de execução (2ª Defensoria Pública do Núcleo Descentralizado do João XXIII) e passe para a Comarca de Juazeiro do Norte, sendo o relator vista o Conselheiro Leonardo Antônio de Moura Júnior que apresentou seu voto no sentido de que o pedido de suspensão do feito, requerido pela parte interessada do feito, seja concedida a suspensão por 6 (seis) meses, no que foi acompanhado por unanimidade com o relator vista. Em cumprimento ao Art. 30, do Regimento Interno do Conselho Superior, em pauta o processo nº 15515014-6, que tem como parte interessada o Dr. Régis Gurgel do Amaral Jereissati, onde apresenta proposta de Resolução: Auxílio Moradia, foi observado pelo Conselheiro Epaminondas Carvalho que o Conselheiro Alfredo Jorge não havia lido seu voto na sessão passada, tendo o Conselheiro Leonardo Antônio pedido vista dos autos e estando em vias de proferir seu voto. Sendo assim chamou-se o feito a ordem que na próxima sessão o Conselheiro Alfredo viesse a ler seu voto e o Conselheiro Leonardo apresentasse seu voto vista. A ADPEC pediu sobrestamento dos autos, no que foi aprovado por unanimidade. Ficou deliberado que a Secretaria do Consup irá enviar o processo digitalizado por e-mail para todos os Conselheiros. A Presidente do Conselho Superior perguntou aos demais Conselheiros se tinham mais algum assunto a tratar, e como nada disseram, a reunião deu-se por encerrada por ato da sua Presidente às 10h45m. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016.

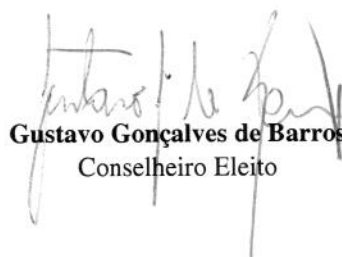

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Presidente


Amélia Soares da Rocha
Conselheira Eleita


Leonardo Antônio de Moura Júnior
Conselheiro Nato


Epaminondas Carvalho Feitosa
Conselheiro Eleito


Luís Fernando de Castro da Paz
Conselheiro Nato



Gustavo Gonçalves de Barros
Conselheiro Eleito



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior


Merilane Pires Coelho
Ouvidora Geral


Mylena Maria Silva Reginaldo Ferreira Gomes
Representante da ADPEC


Samuel de Araújo Marques
Secretário Geral